

# sobre tudo

## EDUCAÇÃO EM CRISE?

Mais uma vez a revista **Sobre Tudo** oferece a vocês, nossos leitores e leitoras, uma nova edição, o Volume 11, Número 1, intitulado *Educação em tempos de pandemia*. Embora tenhamos mantido a periodicidade semestral da publicação, a normalidade acaba por aqui, visto que a presente edição precisou adequar-se à emergência sanitária. Já era nossa praxe receber as submissões e tramitar textos de autores e pareceres do Conselho Consultivo por meio do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), bem como definir projeto gráfico e layout com nossos colaboradores e bolsistas por meio de redes sociais. Dessa vez, no entanto, foi preciso ampliar o período de submissão para pesquisadores e avaliadores, pois estavam sobrecarregados em regime domiciliar de trabalho, e realizar todas as reuniões da Comissão Editorial em plataformas on-line.

Vivenciamos atualmente a maior crise de saúde pública mundial dos últimos cem anos. Parece assustador, não? E realmente é. A pandemia de Covid-19 trouxe consigo um período de incertezas, angústias, sofrimento, dor e morte. Registros de contaminação já haviam sido reportados pela China entre o final de 2019 e meados de janeiro de 2020, e os casos passaram a disparar no Leste da Ásia e na Europa por volta da segunda metade de fevereiro. Entretanto no Brasil, e mais especificamente, aqui, no Colégio de Aplicação da UFSC, em

Florianópolis, tudo parecia normal naquela manhã de 10 de fevereiro, quando as atividades de ensino do calendário letivo de 2020 foram retomadas. Ouviam-se apenas rumores pelas ruas, a despeito da cobertura jornalística internacional, que ampliava o enfoque sobre o contágio dia a dia. Negamos por muito tempo que essa crise fosse problema nosso e ainda há aqueles que insistem em não reconhecer a gravidade da situação. Possivelmente porque epidemias anteriores, como as da Síndrome Aguda Respiratória Severa (Sars), de 2003, e o vírus da gripe H1N1, de 2009, tiveram um impacto infinitamente menor sobre o globo e sobre a nossa realidade mais imediata.

Uma das personagens de Albert Camus, em sua obra *A peste*, declara a certa altura do romance: “Os flagelos, na verdade, são uma coisa comum, mas é difícil acreditar neles quando se abatem sobre nós. Houve no mundo tantas pestes quanto guerras. E contudo, as pestes, como as guerras, encontram sempre as pessoas igualmente desprevinidas.” (2009, p.38). Tal foi o nosso caso. Ou melhor, tal permanece sendo o nosso caso, dado que a lamentável descrença, falta de prevenção e fragilidade diante desse inimigo invisível persistem. A comunidade científica tem conseguido produzir conhecimento em tempo recorde, como o sequenciamento genético do corona vírus e a melhoria de tratamentos que diminuiram sensivelmente o número de mortes entre pacientes internados e entubados. Todavia, o que se sabe ainda é pouco e as vacinas, em avançada fase de testes na Rússia, China, Inglaterra e EUA, não têm data certa de autorização para começar a imunizar a população.

Nesse contexto, o que mais prospera são as notícias falsas, responsáveis por desinformar a população, reforçando a ideia de que se trata de apenas mais uma “gripezinha”. Ao elaborar este editorial, no dia 30 de setembro de 2020, o Brasil registra oficialmente quase 5 milhões de pessoas contaminadas, muitas das quais com sequelas graves, e um total de 142.478 pessoas mortas. Além de naturalizarmos

um número de óbitos diários que já chegou a mais de mil e hoje se estabiliza em cerca de oitocentos casos, sabemos que, devido a subnotificação e à problemas no registro de óbito, os números de infectados e mortos pela Covid-19 no Brasil são maiores. A despeito disso, testemunhamos perplexos uma grande campanha pela volta à normalidade da vida, sem as limitações impostas ao consumo pelo isolamento social, pois a roda do capitalismo precisa girar.

O discurso corrente no Brasil desde o início da pandemia é de que precisamos salvar vidas e empregos, o que coloca a economia no mesmo patamar do direito à vida. O apelo para que se evite a “morte de CNPJs” para manter postos de trabalho soa mal intencionado, pois o que causa a crise na economia não é o isolamento social – única forma reconhecida internacionalmente de reduzir a taxa de contaminação –, é a pandemia. Daniel Defoe, escritor que retratou um grande surto de peste bubônica ocorrida em 1665, em Londres, em *Diário do ano da peste*, nos revela que já naquele tempo havia classes de pessoas que ficaram imediatamente na miséria com o avanço da doença. Cita o caso de mestres de ofício, artesãos, operários de manufaturas de vestiário, móveis, cintos, joias e bijuterias, costureiras, sapateiros, fabricantes de chapéus e luvas, estofadores, marceneiros, fabricantes de espelhos e todos aqueles que dependiam destes, como vendedores estabelecidos em lojas e ambulantes, funcionários da alfândega e marinheiros mercantes. A solução encontrada no século XVII foi criar uma espécie de renda mínima, paga como um ato de caridade pelo Estado, por homens nobres ou burgueses, mas apenas parte da população foi assistida. Não sem um propósito, pois mesmo em meio ao caos social, o exército de desempregados famintos pode manter a engrenagem social funcionando: “Não fosse tão grande o número de pobres à procura de trabalho e pão (como já disse), com a necessidade os levando a aceitar qualquer coisa, a arriscar-se a tudo, e nunca teriam encontrado gente para empregar.” (p. 121). No país que mais mata sua

equipe de enfermagem e que conta com um exército de entregadores nas ruas se arriscando por centavos, percebemos que após quatro séculos a política de sacrificar os mais pobres pouco mudou. Coloca-se em xeque o discurso de que a doença é democrática, uma vez que o acesso a tratamento e a proteção não o são.

Os primeiros casos de Covid-19 em Santa Catarina só foram diagnosticados na cidade de Florianópolis em 12 de março de 2020, quando finalmente materializaram a pandemia e o medo entre nós. Fomos colocados diante de uma situação impensável, com sucessivos desafios, que pouco a pouco têm se revelado. A Comunidade Universitária da UFSC reagiu à altura e tem buscado formas de lidar com problemáticas que perpassam os mais diversos âmbitos – pessoal, social, econômico, sanitário, educacional e tantos outros. A primeira medida foi a suspensão de todas as atividades presenciais a partir do dia 16 de março de 2020, decretada pelo Reitor Professor Ubaldo Cesar Baltazar, por meio das Portarias Normativas nº 352, nº 353, nº 354, nº 355, nº 356, nº 357 e nº 359/2020/GR da UFSC. Inicialmente esperávamos retomar o ensino e repor presencialmente o período de afastamento após 30 ou 40 dias, quando a pandemia deveria ter passado. Com o correr das semanas percebemos a gravidade e a persistência do problema.

Na educação, o grande desafio no Brasil tem sido a falta de marcos legais e orientações oficiais. Isso porque, embora a epidemia de Covid-19 tenha sido considerada pela OMS, em 30 de janeiro de 2020, uma Emergência de Saúde Pública Internacional, só foi reconhecida como Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional pelo Ministério da Saúde do Brasil em 03 de março de 2020. A lenta tramitação da matéria tem sido a regra, pois apenas em 20 de março de 2020, portanto, quando todas as atividades presenciais da UFSC já estavam suspensas há quase uma semana, o Congresso Nacional declarou estado de calamidade pública. O descompasso no âmbito

federal entre o cenário de caos e a falta de planejamento e de dispositivos legais capazes de nortear e amparar ações estratégicas tem ficado evidente nas esferas da saúde, da economia e, de modo particular, da educação. Foram necessários quase 30 dias entre a decretação da emergência nacional e a publicação da Medida Provisória nº 934, destinada a estabelecer normas excepcionais para o ano letivo da Educação Básica e do Ensino Superior.

No entanto, para desamparo geral dos profissionais do setor, a tão esperada MP se limitou a desobrigar o cumprimento do mínimo de dias letivos estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, exigindo o cumprimento da carga horária mínima anual da Educação Básica estabelecida pelos mesmos dispositivos, sem explicar como as escolas fariam essa “mágica dos números” em meio a um longo período de isolamento social. Restava-nos aguardar o posicionamento do Conselho Nacional da Educação, cuja elaboração da minuta e aprovação ainda levariam mais um mês. Em 04 de maio de 2020, finalmente, o documento do CNE veio a público, mas novamente pouco colaborou para o amparo das escolas públicas brasileiras, entre as quais nos incluímos.

A Educação Básica é uma das etapas educacionais mais afetadas pela pandemia de Covid-19 e por seus desdobramentos. É onde se concentra o maior contingente de estudantes brasileiros, um público heterogêneo e em diversas fases de desenvolvimento, uma vez que iniciam os estudos aos 06 anos de idade e concluem o Ensino Médio com 18, 19 e até mais de 20 anos. Isso implica atender, não raro em um espaço único e compartilhado, crianças em idade de alfabetização, adolescentes com conflitos próprios da fase e jovens adultos e trabalhadores. No cenário de excepcionalidade e incertezas no qual vivemos, causa espanto uma proposta do MEC que flexibiliza o número de dias letivos, mas não a carga mínima anual de 800 horas, e ainda solicita atenção ao cumprimento da BNCC, das propostas curriculares e

dos projetos político-pedagógicos das redes – que já eram extensos a ponto de serem inexecutáveis em um ano “normal”.

O Parecer 05/2020 do CNE causou muita polêmica tendo em vista suas omissões, razão pela qual o Conselho de Unidade do CED/UFSC aprovou uma nota pública, em 14 de maio de 2020, a qual questiona a natureza das orientações oficiais:

De modo geral, podemos afirmar que a tônica do documento é uma preocupação gerencialista em relação ao cumprimento de calendário e um tratamento instrumental do currículo escolar a partir dos argumentos do direito à aprendizagem. A temática ausente no Parecer é o ensino, o trabalho pedagógico, o qual, tratado como insumo, portanto como meio de ensino, pode ser substituído por outros meios em face de atividades não presenciais realizadas pelos estudantes com ou sem recursos de tecnologia digital. Embora no documento esteja registrada a meta da busca pela aprendizagem, esse processo não está baseado na necessária mediação entre professores e estudantes. O trabalho pedagógico é tratado como um conjunto de atividades que devem atender ao desenvolvimento dos objetivos de aprendizagem e às habilidades previstas na BNCC, mesmo em condições de isolamento social. (Nota ao Parecer do CNE, CED/UFSC, 14 maio 2020, p. 02)

NA UFSC as discussões sobre alternativas para retomar o ensino e a possibilidade de atividades em caráter não presencial tiveram início nos órgãos colegiados de Unidade e de Centro, com o mapeamento das condições socioeconômicas e de saúde da Comunidade Universitária. Criou-se um Comitê Científico, além de Subcomitês Acadêmicos de combate ao Covid-19, responsáveis por elaborar documentos norteadores para deliberação no Conselho Universitário, o que ocorreu

em reunião nos dias 17, 20 e 21 de julho. Deliberou-se na ocasião, entre inúmeros outros aspectos, pelo retorno não presencial, utilizando a plataforma livre e aberta MOODLE, a partir do final de agosto, com distribuição de equipamentos e planos de dados aos estudantes em situação de vulnerabilidade social. Observando outras redes e níveis de ensino, entretanto, constatamos que uma discussão tão qualificada envolvendo todos os atores sociais – gestores, docentes, técnicos, estudantes e famílias – não foi a regra.

Deixar que cada sistema de ensino – público ou privado, municipal, estadual ou federal - resolvesse como lidar com a pandemia poderia parecer libertador, mas na verdade implicou desobrigar o governo federal de elaborar e financiar um plano nacional de enfrentamento dos reflexos da crise na educação, eximindo-se de investimento em formação docente, equipamentos e amplo acesso a internet aos profissionais da educação e aos estudantes. Em Santa Catarina e na cidade de Florianópolis o governo estadual e municipal, a exemplo do que ocorreu na rede pública de inúmeros outros estados brasileiros, firmaram acordos milionários com plataformas como o *Google classroom* a fim de instituir rapidamente o ensino remoto. Da noite para o dia, os professores e estudantes precisaram se adaptar à nova realidade, contando apenas com cursos de formação docente que não excederam uma ou duas semanas de aulas remotas, sem que a inclusão digital fosse assegurada a todos os envolvidos.

Mais recentemente, no mês de setembro, o coro das escolas particulares se fez ainda mais forte, pressionando as autoridades para a liberação do retorno imediato das atividades escolares. Além de não existirem condições sanitárias seguras, não há um plano de retorno conjunto estabelecido pelas secretarias de educação, com previsão de estrutura física adequada a um momento de pandemia, em que haveria a necessidade de trabalho com turmas reduzidas a  $\frac{1}{3}$  e até  $\frac{1}{4}$  dos estudantes de modo a minimizar os riscos de contágio. Como novos

surtos e quarentenas também não estão descartados e vêm ocorrendo em países europeus e nos EUA após a reabertura da economia e das escolas, as atividades não presenciais são a única alternativa para não comprometer os anos letivos de 2020 e 2021.

Testemunhamos o aprofundamento do abismo entre as condições de ensino de escolas públicas e particulares no Brasil em tempos de pandemia, mas sabemos que essa crise não começou com o surto de Covid-19. Como bem expressou Darcy Ribeiro: “a crise da educação no Brasil não é crise; é um projeto.” Assim, se o desmantelamento do sistema de ensino público, gratuito e de qualidade já era evidente há décadas, ganhou novos contornos nos últimos anos. A comunidade científica e acadêmica tem assistido perplexa – e sem uma resposta à altura do desafio – à deterioração crescente das condições mínimas necessárias para sustentar o ensino de qualidade e a pesquisa, especialmente em universidades públicas como a UFSC, em um país onde a pesquisa é quase uma exclusividade dessas instituições.

CNPq, FINEP, CAPES e agências estaduais de fomento, como a FAPESC, sofrem cortes impossíveis de serem absorvidos, mas muito evidentes em um momento em que a ciência passa a ser tão valorizada na busca de prevenção, tratamento e cura da doença. Faltam recursos para bolsas acadêmicas, criando insegurança e pânico a milhares de pesquisadores. Nos últimos anos observamos a redução drástica do orçamento tanto do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) como do Ministério da Educação (MEC). Mesmo tratamento recebeu o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), principal fonte de apoio à infraestrutura física e laboratorial. Na era da quarta revolução industrial, a famosa “era do conhecimento”, instituições que integram o MCTIC, como o Observatório Nacional, o Centro Brasileiro de Pesquisas Científicas, o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, a FIOCRUZ, o Centro

Brasileiro de Pesquisas Físicas, o Laboratório Nacional de Computação Científica estão sempre à beira de encerrar suas atividades. Todas as universidades federais estão em crise e já vivenciamos na UFSC a desesperadora situação de trabalhar sem saber se haverá orçamento para manter a universidade aberta no próximo mês devido ao “contingenciamento” de mais de 40% dos recursos em 2019.

Um quadro que gera profundo desânimo entre os pesquisadores e incentiva a chamada “fuga de cérebros”: a migração para outros países, nos quais terão condições dignas para desenvolver seus projetos e pesquisas, mas que acarreta no fato de países estrangeiros se beneficiarem do alto custo da formação de nossos cientistas e professores, que foi pago pela população brasileira. Enquanto países como a os EUA, a China, a Coreia do Sul e os integrantes da União Europeia decidem ampliar seus investimentos em educação, ciência e tecnologia como forma de combater a crise econômica, no Brasil a política de cortes e austeridade desmantela nossa estrutura educacional, entregando aos conglomerados da iniciativa privada internacional mais um promissor “mercado” a ser explorado.

Reforçamos: não se trata de acaso, mas de um projeto de crise levado a cabo com maior rigor durante a pandemia e, possivelmente, no período posterior a ela. Oferecer educação de qualidade e produzir conhecimento científico e tecnológico é o caminho a ser percorrido pelo país que deseja emancipar-se. Na contramão desse movimento, estamos nos condenando a sustentar o mercado de *commodities*, com a produção de soja ou algodão que queima nossas matas e seca nossos rios, enquanto compramos a tecnologia importada que quiserem nos vender a preços exorbitantes, retomando a subserviência de um passado colonial, nunca superada de todo.

É nesse contexto que a revista **Sobre Tudo** oferece uma nova edição, com subsídios para pensar a educação em tempos de pandemia. A começar pelo artigo que abre essa edição, intitulado “Atividades

pedagógicas não presenciais: desafios da experiência docente do CA/UFSC durante a pandemia”, o qual resulta de um convite feito pela Comissão Editorial para a professora Andrea Lapa, do CED/UFSC, a qual, em conjunto com as professoras do Colégio de Aplicação da UFSC, Thereza Cristina Bertazzo S. Viana, Ana Carina Baron Engerroff, Carla Cristiane Loureiro e Marina Guazzelli Soligo (Diretora de Ensino), refletem sobre a experiência do nosso colégio na formação de professores para as atividades pedagógicas não presenciais oferecidas em caráter excepcional durante a pandemia de Covid-19. Não existe fórmula mágica, mas muito trabalho e dedicação, com apontamentos importantes para pensarmos o cenário futuro da educação pública no Brasil.

Em seguida, temos um bloco com seis artigos científicos. O Professor de Geografia André Perón do CA/UFSC reflete sobre a aplicação de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) em “A cultura digital e a escola: reflexões para a educação geográfica”. As Professoras pedagogas Marina Guazzelli Soligo, Marina Zorzo e Tereza Cristina Osti Pereira da UFSC apresentam em “Coletivo Lixo Zero: por um CA como espaço educador sustentável” um trabalho sobre a gestão de resíduos sólidos realizado no ano de 2019 no Colégio de Aplicação da UFSC, na perspectiva da Educação Ambiental. Nessa mesma direção, a servidora TAE Francis Pereira Dias Ferreira, a graduanda em Ciências Biológicas Luciane Rezende da Costa, a servidora da FLORAM/DEPEA Silvane Dalpiaz do Carmo e a docente do MEN/UFSC Suzani Cassiani rompem as fronteiras da sala de aula para promover conhecimentos sobre a problemática ambiental em “Primeiro Jardim de Mel de Florianópolis: implementando uma nova ferramenta didático-permanente de educação ecológica crítica”.

A fim de ampliar o olhar sobre a diversidade no ensino, trazemos o artigo “O trabalho pedagógico sobre a temática ‘diferenças’ no ensino fundamental: a experiência das rodas de conversa”, que resulta de uma

proposta didático-pedagógica das Professoras da Educação Geral do CA/UFSC Dayana Valéria Folster Antonio Schreiber, Marília Gabriela Petry e Caroline Guião Coelho Neubert, em que abordam a questão das “diferenças” com as crianças em sala de aula, sem recair no discurso social e politicamente correto de que precisamos “incluir” e respeitar as “diferenças”. Soma-se a esse trabalho outros dois voltados à Educação Especial e à LIBRAS, áreas ainda mais negligenciadas em meio à crise atual. O primeiro é o artigo “Caracterização de um projeto de cinoterapia na Educação Básica”, abordagem inovadora das docentes do CA/UFSC Luana Zimmer Sarzi e Renata Gomes Camargo. No segundo, “A atuação do tradutor e intérprete educacional de LIBRAS/português em relação à atuação colaborativa”, Rogers Rocha, intérprete de LIBRAS do CA/UFSC, Diego Machado da Silva, graduando em Letras-LIBRAS UFSC e o docente Lourival José Martins da UDESC procuram relacionar a atuação do Intérprete Educacional de forma colaborativa com o professor regente e com o professor do Atendimento Educacional Especializado em escolas regulares.

Do Colégio de Aplicação da UFRGS veio o artigo de Iniciação Científica “Religiões afro-brasileiras: uma análise sobre a percepção de jovens alunos”, da estudante do 9º ano do Ensino Fundamental, Maria Eduarda Figueiredo Canabarro de Oliveira. Em parceria com seu orientador, o Professor de Geografia Victor Hugo Nedel Oliveira, investigam a importância das religiões afro-brasileiras na História do Brasil, sobretudo no contexto da escravidão, em uma pesquisa que tem como objetivo analisar as percepções de alunos do Colégio de Aplicação da UFRGS sobre tais religiões. Também da UFRGS recebemos o relato “Uma proposta curricular de sociologia na educação de jovens e adultos”, em que a Professora de Sociologia Katiuci Pavei compartilha sua experiência docente e apresenta a atual proposta de organização curricular relacionada à presença de sua área de atuação na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no CA/UFRGS.

Ainda tratando de relatos, incluímos aqui a experiência de estágio da graduanda em Letras Fernanda Gina Aguiar Souza e dos graduandos em Geografia Victor Augusto Seixas Santos e Caetano Cainã Gonçalves, todos acadêmicos da UFSC, orientados pela Professora de Educação Geral Mariza Konradt de Campos, intitulado “Projeto Cheiro Verde: vivenciando a Educação Ambiental no Ensino Básico”, um relato que tem como objetivo relatar e refletir acerca da experiência de estágio não obrigatório vivenciada no CA/UFSC, no contexto do *Projeto Cheiro Verde no Quintal da Escola*. Além disso, o trabalho dialoga com outros dois artigos dessa edição na abordagem da temática da Educação Ambiental, evidenciando a importância do tema na Comunidade Universitária da UFSC.

As resenhas, gênero que tem se tornado frequente por aqui, se apresentam em maior número nessa edição e já não se limitam exclusivamente à análise de livros. Na primeira, o pedagogo da Rede Municipal de Ensino de Esteio/RS Rodrigo Avila Colla nos apresenta ao documentário “Pro dia nascer feliz - 15 anos depois: o abismo educacional brasileiro”, tema pertinente e de uma dolorosa atualidade. Na segunda resenha, os biólogos da UFSC Matheus D'Avila Schmitt e Maria Eduarda de Melo problematizam a série **Pandemia** (2020), produzida pela plataforma Netflix, em “A pandemia anunciada”. Para fechar, na terceira resenha Juliana Geraldi Yamaguti, historiadora da E.E.B. Barão do Rio Branco, em Urussanga/SC, discorre sobre o livro **História oral na sala de aula**, em “Educação, história oral e memória”.

Uma vez que a última edição, dedicada à Iniciação Científica na escola, em uma homenagem ao Projeto Pés na Estrada do Conhecimento, não foi suficiente para acomodar a incrível produção de saberes acumulada ao longo de 20 anos de história, reservamos um lugar especial aqui para dois textos que complementam e dialogam com o volume anterior. O Professor de Geografia José Carlos da Silveira do CA/UFSC apresenta “Ainda sobre as memórias dos vinte anos: o Projeto

Pés na Estrada e os diálogos em movimento”, texto em que nos transporta a uma conversa sobre os primeiros temas e reflexões que orientaram o projeto, a saber, a questão dos movimentos sociais em Santa Catarina. Em seguida, evidenciando como o Pés na Estrada se desdobra na prática, estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental participantes do projeto, Alis Moros Sheibe, Sofia Martins Provitina, Rafael Noya da Silva e Thais Ferreira da Luz, sob orientação da docente da Educação Especial Renata Gomes Camargo, compartilham o trabalho de IC: “‘O que me levou à luta...’: as memórias da infância e da adolescência no Movimento dos Atingidos por Barragens na cidade de Aratiba/RS”.

Como não poderia deixar de ser, encerramos nossa edição com arte. Na seção Literatura e outras artes, o docente de Língua Portuguesa George França do CA/UFSC reelabora, por meio do poema “aula.”, experiências vivenciadas durante o período de isolamento social e das aulas síncronas por meio de plataformas digitais. São vozes que se cruzam e se chocam, reverberando a visão de mundo de estudantes e de suas famílias num contraponto com a do professor, vindas do presente e do passado, trazendo a tona o discurso de banalização de vida e da morte presente tanto na literatura do período de ditadura civil-militar no Brasil quanto em nosso entorno, em meio a uma pandemia que ceifa inutilmente centenas de vidas a cada dia por aqui.

Ainda na seção dedicada às artes, somos tocados pela arte da fotografia, no olhar da Professora Glaucia Dias da Costa, docente de História no CA/UFSC. Afastada há dois anos das atividades de ensino para cursar seu Doutorado em Educação na UFSC, nossa colega que permaneceu esse tempo todo atuando na Comissão Editorial da revista, encarou o desafio de regressar a uma escola cujos portões foram fechados há quase cinco meses, em busca de uma imagem que sintetizasse a situação que vivenciamos. O ensaio fotográfico “Assimilar ausências” remete a essa busca, atravessada pelos sentimentos de

ausência e falta, que, conforme nos lembra o poeta Carlos Drummond, certamente não são a mesma coisa.

Paredes cobertas por grafittis... desenhos de criança e cartazes de estudantes que há pouco tempo estavam ali... o parquinho deserto, a cadeira vazia... as carteiras empilhadas no refeitório... vasos de planta com a bandeira das Olimpíadas do CA ao fundo... um calendário de atividades que se descola do mural porque não tem mais razão de existir... são imagens de uma beleza que dilacera a todos nós que há tão pouco tempo percorríamos esses pátios e corredores, hoje tão vazios e silenciosos, à espera do turbilhão de vozes, correria, risadas, cor e vida que é uma escola cheia de crianças e adolescentes. Imbuídos do sentimento de falta, mas conscientes da necessidade de defesa da educação pública, gratuita e de qualidade em nosso país, salientamos que os textos e imagens presentes nessa edição simbolizam não um gesto de nostalgia, mas sim um ato de resistência.

Desejamos a todos e a todas uma boa leitura!

Comissão Editorial  
Fernanda Müller  
George França  
Gláucia Dias da Costa  
Lara Duarte Souto-Maior